



## Os americanos se expressam livremente



Manifestantes protestam durante um discurso de líder de um grupo supremacista branco em York, Pensilvânia. Nos Estados Unidos, a melhor arma no combate ao discurso ofensivo é mais discurso. © AP Photo/Richard Vogel

Como um governo proporciona a todos os seus cidadãos o direito de pensar, acreditar, rezar, escrever ou falar conforme a sua consciência dita, mantendo, ainda assim, uma sociedade pacífica, que proteja todos os seus membros?

É fácil, falando de forma abstrata, aplaudir os princípios universais de liberdade, justiça e igualdade. Estes são certamente alguns dos mais nobres ideais aos quais a humanidade aspira. Mas todos nós, que tivemos o privilégio de servir no governo, sabemos que é difícil tomar esses princípios e aplicá-los – realmente aplicá-los

– para governar um país. Todos os países lutam para traduzir esses princípios em políticas e leis. O desafio exato que cada um de nós enfrenta decorre da própria história e cultura particulares de nossa nação. Mas o que une todas as nações livres é o fato de que nós abraçamos essa luta e procuramos fazer com que esses grandes princípios se manifestem na forma como governamos.

É com isso em mente que eu quero falar um pouco sobre as lutas históricas dos Estados Unidos [com liberdade, igualdade e liberdade de expressão].

...

Um aspecto especial da liberdade que há muito tem estado no centro das crenças americanas desde a nossa fundação tem sido a liberdade de consciência e de religião. Thomas Jefferson, um dos fundadores da nossa nação, disse que “[e]ntre as mais inestimáveis das nossas bênçãos é a (...) liberdade para adorar o nosso Criador da maneira que achamos mais de acordo com a Sua vontade”. Nosso primeiro presidente, George Washington, escreveu em uma famosa carta a uma congregação judaica (...) que a liberdade religiosa era um direito fundamental que pertencia a todas as pessoas, e

não um privilégio concedido por uma classe de pessoas para outra.

Talvez ainda mais importante, a Constituição dos Estados Unidos, o modelo fundamental de como o nosso país é governado, concede a todos os cidadãos o direito de cultuar livremente. Os Estados Unidos estão comprometidos com o princípio de que os praticantes do cristianismo, judaísmo, islamismo, budismo, hinduísmo e qualquer outra religião devem ser tratados igualmente perante a lei e que sua liberdade de culto e religião deve ser protegida.

Os fundadores dos Estados Unidos, conduzindo um país que abrigava uma grande diversidade de crenças religiosas, procurou proteger a consciência, colocando na Primeira Emenda da Constituição dos EUA uma disposição que proíbe o governo de interferir em questões religiosas, e que protege o livre exercício da religião. Da mesma forma, reconhecendo que um aspecto crítico da liberdade de consciência é a capacidade de compartilhar pontos de vista, tanto religiosos como não religiosos com as outras pessoas, a Primeira Emenda também contém proteções para a expressão, imprensa e reunião, bem como o direito de apresentar petições ao governo.

Às vezes, os objetivos de buscar uma sociedade que seja realmente igual para todos, independentemente de cor, raça, religião, origem nacional, gênero ou deficiência, podem parecer incompatíveis com o objetivo de proteger a consciência e a expressão. Sempre haverá aqueles que, por exemplo, usam seu direito à liberdade de expressão para dizer palavras repreensíveis para outros, criando divisões ao longo de linhas raciais, étnicas ou religiosas.

Mas, em nossa experiência, os direitos fundamentais de igualdade, de um lado, e de expressão e consciência, de outro, podem ser exercidos lado a lado. Descreverei brevemente como as proteções para a liberdade de expressão coexistem com ferramentas bem definidas para proteger as minorias raciais, religiosas ou étnicas. De fato, a liberdade de expressão em nossa experiência histórica nos Estados Unidos foi crítica para a conquista da igualdade. Os direitos civis foram estabelecidos nos Estados Unidos não apenas porque nosso Congresso passou a Lei dos Direitos civis, apesar disso ter sido muito importante. Mas muito mais importante foi o fato de que americanos normais ligavam seus rádios e televisores e ouviam as palavras do Dr. King e de outros líderes dos direitos civis. Suas palavras e atos persuadiram muitos americanos que “separados mas iguais” não é igual de fato, e que era momento de



Martin Luther King Jr. acena para a multidão no Lincoln Memorial para seu discurso “Eu Tenho um Sonho”. Aquelas palavras de King persuadiram os cidadãos americanos de que “separados, mas iguais” não era a mesma coisa que igual e ilustram o poder da liberdade de expressão. © AP Photo

mudar. De fato, houve muitos que achavam que as palavras do Dr. King e de outros líderes dos direitos civis eram perigosas e tentaram proibi-las como perturbadoras da paz em comunidades onde a maioria branca queria perpetuar a segregação racial. Essa questão chegou até a nossa Suprema Corte, que decidiu no caso *New York Times versus Sullivan* que um funcionário graduado do governo no Alabama não poderia processar um defensor dos direitos civis por um anúncio que fazia declarações negativas sobre a polícia. Nossa Primeira Emenda permitiu que defensores dos direitos civis se expressassem, pregassem livremente do alto dos púlpitos das igrejas e marchassem nas ruas. Voltando na história, a abolição da escravatura foi acelerada pelas exortações de pregadores de seus púlpitos e os escritos de panfletários abolicionistas. O direito ao voto para as mulheres nos EUA chegou através de incansável agitação e protesto.

A liberdade de expressão pode, às vezes, servir à causa da igualdade e da harmonia até mesmo quando o motivo do orador for o completo oposto disso. Apesar de uma longa história de racismo nos Estados Unidos (...) nossos tribunais confirmaram que a Primeira Emenda permite que supremacistas brancos marchem por bairros judeus ou afroamericanos portando símbolos ofensivos que expressam suas crenças odiosas. Enquanto alguns questionaram o motivo desse tipo de discurso ser protegido, descobrimos que nos Estados Unidos, quase invariavelmente, expressões públicas de crenças odiosas atraem expressões maiores e mais poderosas de igualdade e harmonia racial e religiosa. Você verá, por exemplo, uma marcha de neonazistas [atrair] com cerca de uma dúzia de participantes encontrar uma vigília pacífica interconfessional com centenas de manifestantes contrários.

Eu vi esse fenômeno em primeira mão, recentemente, em Murfreesboro, Tennessee. Ali, uma comunidade islâmica que estava funcionando em uma sala comercial apertada há mais de 20 anos, levantou fundos e comprou uma propriedade para construir uma mesquita maior e independente. Quando funcionários públicos locais aprovaram a nova mesquita, houve agitação e protesto de muitos residentes locais contrários. Mas os manifestantes foram enfrentados com comícios interconfissionais em apoio à mesquita. Opositores à mesquita entraram com uma ação na corte estadual

para a mesquita, mas nós do Departamento de Justiça entramos com uma ação federal de direitos civis que pavimentou o caminho para permitir que eles pudessem se mudar para a mesquita a tempo do Ramadã, em agosto passado. O imã da mesquita, xeque Ossama Bahloul, recebeu cartas com insultos, mas me disse que para cada comentário negativo, recebeu muitos outros mais de apoio. Na verdade, a controvérsia sobre a mesquita levou a muita boa publicidade, e xeque Ossama recebeu cartas de apoio e contribuições em dinheiro para a mesquita de pessoas em todos os Estados Unidos, inclusive de muitos soldados servindo no Afeganistão. Recentemente assisti a cerimônia de abertura oficial da mesquita e fiquei inspirado pelo apoio interconfessional do arcebispo católico, de pregadores cristãos protestantes, líderes judeus e muitos outros presentes no evento. Como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas expressou na Resolução 16/18, “o direito à liberdade de opinião e expressão” tem um papel importante “no fortalecimento da democracia e no combate à intolerância religiosa”.

A democracia pode ser um negócio complicado, mas assim como acreditamos que os líderes que o povo escolhe governarão melhor do que um monarca absolutista, também acreditamos que as ideias que surgirão através do intercâmbio confuso de ideias será preferível às ideias ditadas e controladas pelo governo.

...

Manifestantes antinazistas carregam placas e cantam slogans durante um comício supremacista branco na Prefeitura de Los Angeles. Os Estados Unidos acreditam que a melhor arma no combate ao discurso ofensivo é mais discurso. © AP Photo/Angela Gaul (à esquerda), AP Photo/The Jefferson City News-Tribune, Kelley McCall (à direita)



Quero enfatizar, entretanto, que o fato de que nos Estados Unidos temos proteções muito elevadas para a liberdade de expressão, não significa que somos impotentes para proteger as minorias raciais, religiosas ou étnicas. Não somos. Primeiro, e mais importante, é que nós podemos – e com toda a certeza, o fazemos – punir qualquer um que usar de violência real para expressar seu ódio. Liberdade de expressão não é uma licença para assaltar, matar ou se envolver em atos de vandalismo.

Em segundo lugar, nós podemos – e com toda a certeza, o fazemos – punir uma conduta ameaçadora. Os tribunais têm declarado que a Primeira Emenda não permite que fanáticos, em nome da liberdade de expressão, aterrorizem outras pessoas, ameaçando violência no futuro. Agora, nem toda coisa feia, intolerante, que alguém fala é uma ameaça que possa ser

Thomas E. Perez é o procurador-geral adjunto para a Divisão de Direitos Civis do Departamento da Justiça dos EUA, que defende os direitos civis e constitucionais de todos os cidadãos americanos. © Departamento de Justiça dos EUA



punida em conformidade com as nossas leis. Para ser sujeita à punição, a declaração deve ser o que os tribunais chamam de uma verdadeira ameaça, uma ameaça séria de cometer um ato ilícito de violência, em oposição aos esforços para irritar ou se envolver em uma hipérbole política.

...  
Da mesma forma, a liberdade de expressão não é uma licença para assediar ou discriminar, e as nossas leis de direitos civis protegem os indivíduos da discriminação e assédio nas escolas, nos locais de trabalho, em casa e em outras áreas. Por exemplo, as leis de direitos civis garantem a não discriminação na educação, e isso significa poder estudar em um ambiente livre de assédio com base em raça, religião, gênero ou etnia. (...) Lutamos pelo direito de estudantes muçulmanos no Texas se reunir para a oração do meio-dia, e para estudantes cristãos na Pensilvânia se reunir para estudos bíblicos, isso baseado no princípio de que a escola havia permitido aos alunos se reunir para atividades não religiosas e, portanto, não poderia discriminar atividades religiosas. Da mesma forma, ganhamos o direito de uma menina muçulmana em Oklahoma expressar a sua fé na escola com uso de um lenço de cabeça. Apesar de usar lenços de cabeça não ser normalmente causa de controvérsia nos Estados Unidos, quando uma escola tenta proibir, estamos prontos para intervir.

...  
Nossa imposição da igualdade através das leis de direitos civis [é] assim combinada com nossas proteções à liberdade de consciência, de religião e de expressão. Cada

proteção fortalece e serve à outra. Nossas leis protegem indivíduos da violência, assédio e discriminação com base em raça, religião e características similares. Mas uma harmonia nacional verdadeira não pode existir se as pessoas não forem protegidas e não lhes forem asseguradas igualdade de oportunidades. Da mesma forma, uma harmonia autêntica requer discussão, aprendizado e troca de ideias.

...  
A liberdade de expressão pode ser algo confuso, pode interpor incertezas, mas em última instância, nossa experiência tem sido de que é uma absoluta necessidade para se alcançar uma harmonia nacional de verdade. E assim como a harmonia na música não é alcançada quando todos cantam a mesma nota, nós não esperamos que todos defendam os mesmos ideais. Alcançamos a harmonia quando somos capazes de respeitar nossas diferenças – e diferenças de opinião – e impor as nossas leis em consonância com os princípios que compartilhamos.

*O texto acima foi extraído do discurso do procurador-geral adjunto Thomas E. Perez antes da Conferência sobre a Transformação das Leis sobre Segurança e Direitos Fundamentais em Kuala Lumpur, Malásia. A transcrição completa está disponível no site do Departamento de Justiça dos EUA: <http://www.justice.gov/crt/opa/pr/speeches/2013/crt-speech-130116.html>.*

